

## EFEITOS DE SENTIDOS NO DISCURSO MUDIÁTICO: APOSENTADORIA E TRABALHO

Juliana Tereza de Souza Lima Araújo<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo analisa os efeitos de sentidos de aposentaria produzidos no discurso midiático materializado numa matéria da Revista Veja publica em 2009, intitulada “Trabalhar não é saudável”. Para isso, tomamos como base teórico-metodológica a Análise do Discurso pecheutiana (AD), estabelecendo, também, uma interlocução com o Materialismo Histórico. A AD, enquanto teoria materialista dos processos discursivos, concebe o discurso como uma prática sócio-histórica, produzido na intrínseca relação entre língua, história e ideologia. Nessa perspectiva, não há sentido único e literal, pois as materialidades discursivas são produzidas por sujeitos inscritos em uma formação discursiva. Em nosso gesto analítico, constatamos que o discurso midiático reproduz em seu funcionamento sentidos que remetem às transformações no mundo do trabalho e as consequentes reformas jurídicas relativas à aposentadoria como parte integrante da previdência social brasileira. Assim, no discurso materializado na Revista são produzidas, através da ideologia, evidências de sentidos que interpelam os sujeitos a continuarem trabalhando, apresentando a exploração como algo natural que traz benefícios para a saúde do trabalhador. Nesse processo de naturalização de sentidos, outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, tendem a ser silenciados e apagados para que, em última instância, a lógica de reprodução do capital seja mantida.  
**PALAVRAS-CHAVE:** Discurso; Aposentadoria; Sentido.

**ABSTRACT:** This article analyzes the effects of the senses of retirement produced in the mediatic discourse materialized in an article of Veja magazine published in 2009, titled "Work is not healthy". For this, we take as a theoretical-methodological basis the Discourse Analysis pecheutiana (AD), establishing, also, an interlocution with Historical Materialism. The AD, as a materialist theory of discursive processes, conceives discourse as a socio-historical practice, produced in the intrinsic relation between language, history and ideology. In this perspective, there is no single and literal sense, because the discursive materialities are produced by subjects enrolled in a social formation. In our analytic gesture, we can see that the mediatic discourse reproduces in its functioning meanings that refer to the transformations in the world of work and the consequent legal reforms related to retirement as an integral part of Brazilian social security. Thus, in the discourse materialized in the Journal, through the ideology, are produced evidences of meanings that challenge the subjects to continue working, presenting exploitation as something natural that brings benefits to the health of the worker. In this process of sense naturalization, other possible but undesirable senses tend to be silenced and erased so that, ultimately, the logic of reproduction of capital is maintained.

**KEYWORDS:** Speech; Retirement; Sense.

### Introdução

---

<sup>1</sup> Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística. Faculdade de Letras. Maceió-AL. E-mail: [jtslima@gmail.com](mailto:jtslima@gmail.com).

Neste artigo analisamos, à luz da Análise do Discurso de linha francesa pecheutiana (AD), o discurso sobre aposentadoria/aposentado, materializado numa reportagem da Revista Veja (2009). Buscaremos compreender como a materialidade discursiva produz efeitos de sentido que “ressignificam” a aposentadoria/aposentado na atual conjuntura social brasileira, marcada por mudanças no mercado de trabalho, decorrente da reestruturação produtiva do capital.

Ao inscrevermos nossa reflexão no campo teórico e metodológico da Análise do Discurso, pressupomos que os dizeres não são produzidos de modo abstrato, pois são constituídos no complexo dinâmico e contraditório das relações sócio-históricas. A AD, um projeto teórico e político, organizado pelo filósofo marxista-leninista Michel Pêcheux, em 1969, tem como objetivo compreender os processos discursivos em sua concretude sócio-histórica, trabalhando, assim, a relação complexa entre a língua, que é sujeita a falhas, e a ideologia, cuja materialidade específica é o discurso.

### **Fundamentação teórica: a Análise do Discurso na interface com o Materialismo Histórico**

Para analisamos o discurso sobre a aposentadoria, materializado na Revista Veja, filiamo-nos à Análise do discurso francesa, corrente que trabalha com/na relação complexa e contraditória entre história, ideologia e língua, buscando compreender os processos discursivos enquanto práticas sociais, engendrados historicamente. Num trabalho crítico com a Linguística, com o Materialismo Histórico e com a Psicanálise é que a AD problematiza a leitura e a produção de sentidos, inaugurando um objeto próprio de estudo: o discurso, uma prática social que produz sentidos entre sujeitos inscritos numa dada conjuntura histórico-social.

Em nosso gesto de interpretação, articulamos a Análise do Discurso pecheutiana com a perspectiva Marxista Ontológica, pois, assim como Silva Sobrinho (2007, p. 16), acreditamos que a abordagem marxista “continua sendo capaz de dar conta de forma efetiva das contradições do processo em que o homem se autoconstrói e/ou se autodetermina”. Além disso, Maldidier, Normand e Robin (2010, p. 83) – ao tratarem dos pontos indispensáveis do Marxismo na AD – explicam que “uma teoria materialista das práticas discursivas não poderá ser pensada senão no quadro do materialismo histórico de uma maneira rigorosa e não metafórica”.

Dessa forma, pensamos a AD em sua intrínseca relação com o Materialismo Histórico, pois o discurso, enquanto materialidade específica da ideologia, materializa

as contradições sociais das relações históricas. Assim, as noções de trabalho, trabalho estranhado, capital, classes sociais são cruciais para entendimento da materialidade discursiva que aqui analisamos.

Para G. Lukács (2013), o trabalho é a categoria fundante do ser social, sendo, pois, o modelo de toda práxis. O homem é um ser que dá respostas, e para agir na natureza idealiza um fim para essa ação, para, assim, satisfazer as necessidades que lhe são postas. É essa capacidade de planejar, de previamente idealizar sua ação que o distingue dos animais. K. Marx (1985, p. 149) afirma que o trabalho é uma forma exclusivamente humana, um

processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

Esse intercâmbio do homem com a natureza caracteriza o que Lukács (2013) chama de posição teleológica primária. Para o filósofo húngaro, os homens se reproduzem a partir de posições teleológicas primárias e secundárias. Naquelas, o homem age sobre a natureza para transformá-la segundo suas necessidades; nas posições teleológicas secundárias, a relação se dá entre os homens, os quais buscam convencer uns aos outros a tomarem certas posições e aturem de determinada forma. Desse modo, no sentido

Originário e mais restrito, o trabalho é um processo entre atividade humana e natureza: seus atos estão orientados para a transformação de objetos naturais em valores de uso. Nas formas ulteriores e mais desenvolvidas da práxis social, destaca-se em primeiro plano a ação sobre os outros homens, cujo objetivo é, em última instância – mas somente em última instância –, uma mediação para a produção e valores de uso. [...] o conteúdo essencial do pôr teleológico nesse momento – falando em termos inteiramente gerais e abstratos – é a tentativa de induzir outra pessoa (ou um grupo de pessoas) a realizar, por sua parte, pores teleológicos concretos. (LUKÁCS, 2013, p. 83).

Da teleologia secundária surge a ideologia, concebida por Lukács(2013) como um instrumento pelo qual o ser social enfrenta a realidade, tornando sua prática consciente e operativa. Nesse complexo, a linguagem não é tomada como um mero

meio de comunicação, ela tem um papel ontológico, pois, através da linguagem, os homens podem tentar convencer uns aos outros. Como afirma Magalhães<sup>2</sup> (s/d, p. 5), para a teleologia secundária “a práxis discursiva assume um papel primordial, porquanto é normalmente através dela que o convencimento dos indivíduos de uma sociabilidade ocorre”.

A linguagem é uma base imprescindível do ser social, pois “como ocorre com o trabalho, também com a linguagem se consumou um salto do ser natural para o social” (LUKÁCS, 2013, p. 129). Silva Sobrinho (2007, p. 47) afirma que

a linguagem atua como mediação na acumulação/generalização, possibilitando a continuidade do devir humano. A linguagem surge a partir das relações que os sujeitos desenvolvem com a natureza e com os outros sujeitos, desse modo, sendo também constitutiva dos sujeitos, a linguagem está em todas as manifestações sociais, sofrendo as consequências de seu entrelaçamento.

A linguagem, como mediação entre o homem e a realidade, não é transparente, pois o discurso é uma síntese de determinações histórico-ideológicas, que, no encontro com o linguístico, produz deslizos, falhas equívocos, outros/mesmos sentidos. Conforme Pêcheux (1997), os discursos são efeitos de sentidos entre interlocutores, sentidos que são produzidos nas relações que os homens estabelecem cotidianamente. Portanto,

o sentido é socialmente construído pelo homem para o homem, para si e para os seus semelhantes; na natureza, é uma categoria que não existe de modo algum, portanto nem sequer como negação de sentido. Vida, nascimento, morte estão, enquanto fenômenos da vida natural, livres de sentidos, não são significativos nem insignificantes. Só na medida em que o homem, em sociedade, procura um sentido para a sua própria vida e essa aspiração fracassa surge também o seu oposto, o sem sentido. (LUKÁCS, 2013, p. 133)

Considerar que o sentido tem sua base nas relações sócio-históricas é um ponto crucial na AD, haja vista que o sentido de uma palavra não existe em si mesmo, ele é construído a partir das posições ideológicas inscritas nos processos históricos. Dessa forma é possível conceber o discurso como “uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho [...] de deslocamento no seu espaço” (PÊCHEUX, 2002, p. 56). Essa agitação nas filiações sócio-históricas revela o caráter dinâmico dos processos de

<sup>2</sup> No prelo. “Materialismo histórico-dialético e práticas discursivas”.

significação, nos quais os sentidos podem deslocar-se discursivamente em decorrência das condições de produção e das posições ideológicas sustentadas pelos sujeitos em suas práticas históricas.

### **Condições de produção do discurso: aposentadoria e sua constituição histórica**

Na AD, a produção de sentido não é aleatória e/ou natural, ao contrário, ela é fruto das contraditórias relações da sociedade na qual as práticas discursivas são engendradas. Por isso, o analista não procura o que o texto diz, mas como a materialidade discursiva é produzida, como circula e como produz sentidos em um dado momento sócio-histórico. Silva Sobrinho afirma (2010, p. 255) que

só quando articulamos o **dizer** com suas **condições de produção** (relações sociais de caráter material e historicamente determinadas) é que as contradições do discurso reaparecem e desvelam a verdadeira face de suas contradições, ou seja, o seu real caráter material de sentido (grifos do autor).

Com efeito, as condições de produção, enquanto categoria fundamental para a compreensão e desvelamento dos efeitos de sentidos dos discursos, trazem a exterioridade como algo inerente aos processos discursivos. Sendo assim, os discursos que, atualmente, circulam na sociedade brasileira, produzindo efeitos de evidência de aposentadoria, e de trabalhador aposentado são, essencialmente, construções histórico-sociais.

A aposentadoria no Brasil é um fenômeno que tem passado por diversas modificações, desde sua implementação no país. Essas modificações, que refletem também a discussão mundial em torno da aposentadoria e da velhice, vêm sendo discursivizadas, produzindo sentidos contraditórios e movediços sobre aposentadoria, e sobre o trabalhador aposentado – ou que irá se aposentar.

A aposentadoria é uma conquista que faz parte de uma série de reivindicações dos trabalhadores que ocorreram no começo do século XX. Nas manifestações e nos congressos sindicais, os operários lutavam por direitos trabalhistas, como a redução da jornada de trabalho, a regulamentação do trabalho feminino, o direito a férias e à aposentadoria.

O primeiro plano de assistência previdenciária no Estado brasileiro foi instituído no ano de 1923, as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), que eram destinadas

aos trabalhadores ferroviários. Após a Revolução de 30, tem-se várias disposições legais relacionadas ao trabalho, dentre elas são inaugurados, pelo Estado, os Institutos de Aposentadorias e Pensões, (IAPs, 1934). No governo de Juscelino Kubitschek, com a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), houve uma uniformização na legislação previdenciária, principalmente, no que se referia à contribuição, aos benefícios e a serviços da Previdência Social. Desse serviço previdenciário foram excluídos os trabalhadores rurais, embora, segundo a LOPS, todos os que exercessem atividade remunerada no território nacional estivessem integrados na Previdência.

Em 1966, é criado o Instituto Nacional de Previdência Social, onze anos mais tarde, em 1977, é realizada uma reforma em que é criado o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, que, gerido pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), tinha como objetivo inserir o idoso na sociedade através de ações políticas e atividades educativas.

No começo da década de 1980, o Brasil recebe uma carta da ONU que exigia a implementação de políticas para a “terceira idade”, nesse período, que é também de redemocratização do país, é iniciada a discussão da elaboração de uma Política Nacional do Idoso, promulgada, apenas, em 1994.

Diante desse novo contexto que abrange, principalmente, o crescimento demográfico da população idosa e seus impactos na sociedade, no tocante, sobretudo, à economia, com a crise previdenciária, cuja responsabilidade é atribuída aos trabalhadores contribuintes, são formuladas, principalmente na última década do século XIX e nos primeiros anos do século XXI, ações de caráter oficial que buscaram organizar e assegurar os direitos e deveres da terceira idade. Desse modo, o envelhecimento, como afirma o Estatuto do Idoso (2004, p. 5), “tornou-se questão fundamental para as políticas públicas”.

Além disso, o ano de 1999 foi destacado pela ONU como o Ano Internacional do Idoso, havendo, no Brasil várias reuniões para o debate da questão do envelhecimento, com a Assembleia Nacional dos Idosos, com o tema “A Terceira Idade a Caminho do Ano 2000”, realizada pelo Sesc São Paulo.

A Política Nacional do Idoso, que, conseqüentemente, cria o Conselho Nacional do Idoso, teve sua gênese ainda no governo de Fernando Collor, promulgada em 4 de janeiro de 1994, pelo Presidente Itamar Franco; enquanto o Estatuto do Idoso, elaborado pelo Ministério da Saúde, entrou em vigor em janeiro de 2004, mas foi sancionado pelo

Presidente Luís Inácio Lula da Silva em outubro de 2003, estando em tramitação no Congresso Nacional desde 1997.

É possível afirmar que processo de (re)significação da aposentadoria na sociedade vigente resulta de, pelo menos, dois aspectos centrais: o aumento demográfico da população idosa/aposentada no Brasil<sup>3</sup> e as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, desencadeadas pelo processo de reestruturação produtiva do capital, na visão neoliberal que delimitou um novo perfil de trabalhador, enfatizando a eficiência, a flexibilidade, a polivalência e as competências dos sujeitos.

No Brasil, os princípios neoliberais foram implementados a partir da década de 90 do século passado, através de uma série de reformas em vários âmbitos do Estado – dentre as principais, novos modelos de administração aplicados à educação, à saúde e à previdência social – inscritas num paradigma de gestão eficiente e de redução de gastos e investimentos, sendo apresentadas como ações inovadoras e inevitáveis, que, quando implementadas, proporcionariam a resolução dos problemas sociais.

Nesse cenário, a aposentadoria, um processo essencialmente histórico, fruto de reivindicações da classe trabalhadora ao longo do século XX, passa a ser, recorrentemente, significada como um “evento” de tristeza, inatividade, solidão, relacionada a sentidos negativos de velhice (como morte e abandono), caso o trabalhador continue na atividade laborativa.

Surge, assim, a dicotomia aposentadoria ativa *versus* aposentadoria inativa. Essas novas categorias irão rotular os trabalhadores aposentados tidos como ativos/produtivos e os inativos/inativos. Nessa lógica capitalista, o trabalhador aposentado – ou mesmo o que ainda irá se aposentar – interpelado a continuar no mercado de trabalho, para, ao continuar atuando profissionalmente, permanecer útil e produtivo na sociedade e saudável física e psicologicamente, permanecendo inserido na lógica do mercado de consumo e mantendo sua renda mensal, que, devido ao fator previdenciário<sup>4</sup>, é reduzida após a aposentadoria.

Nessa direção, conforme Haddad (1986, p. 45), “o trabalhador aposentado é forçado a tentar ingressar novamente no processo produtivo devido às condições

<sup>3</sup> A população idosa representa 11,34% da população brasileira (22,9 milhões). O IBGE estima que, nos próximos 20 anos, esse número aumente 39,3% (88,6 milhões). O número de aposentados também deve crescer até 2020, de 20 milhões para 25 milhões.

<sup>4</sup> Criado em 1999, no governo de Fernando Henrique Cardoso, o Fator Previdenciário é utilizado no cálculo do valor da aposentadoria por tempo de contribuição, sendo opcional na aposentadoria por idade. O Fator é baseado em 4 elementos, a saber: a alíquota de contribuição, a idade do trabalhador, tempo de contribuição à Previdência Social e a expectativa de sobrevivência do segurado.

precárias de sobrevivência em que se encontra”. São, portanto, formulados discursos – jurídicos, midiáticos, pedagógicos – que produzem outros/mesmos sentidos de/sobre aposentadoria, instaurando modos de interpretação que representam uma ressignificação da aposentadoria e do papel do aposentado na sociedade brasileira.

**“Parar de trabalhar não é saudável”: (re)produção de sentidos no discurso midiático**

Ao longo dos últimos 25 anos, sobretudo a partir do começo do século XXI, a aposentadoria tem passado por um processo de ressignificação discursiva, que, como enfatizamos, decorre principalmente das mudanças ocorridas nas relações de trabalho/exploração mundial e local. É, pois, no seio da sociedade capitalista brasileira e suas contraditórias relações histórico-econômicas que a aposentadoria e os aposentados são dinamicamente ressignificados.

Dessa forma, buscaremos compreender como se constituem os efeitos de sentido na materialidade discursiva quando analisada em sua concretude histórico-social, visando, assim, a compreensão dos mecanismos ideológicos de produção de sentido. A materialidade discursiva que iremos analisar foi retirada do *site* da Revista Veja, intitulada “**Parar de trabalhar na aposentadoria não é saudável**”, e publicada na coluna “saúde” da revista, em 15/10/2009. Para procedermos à análise, faz-se necessário destacar que a mídia, enquanto um modo de produção e circulação de discursos, configura-se, como explica Orlandi (2004, p. 96), num

evento discursivo do modo de circulação da linguagem. Enquanto tal, ela é um acontecimento de linguagem que impõe sua forma de gerenciamento dos gestos de interpretação, sempre na distinção do que se deve apreender como sentido unívoco (literal) e o que se admite plurivocidade interpretativa.

É na tensão do que se apresenta como “sentido unívoco” e a “plurivocidade interpretativa”, aparentemente controlada, que analisaremos o discurso sobre a aposentadoria materializado na reportagem, tomando como base o fato de que, para a Análise do Discurso, o sentido não é transparente nem arbitrário, como temos enfatizado, sua constituição é radicalmente histórica, e é no encontro da língua com a história que os efeitos de sentidos são produzidos entre os sujeitos. Por isso, o analista não procura o sentido do texto, a busca é pela compreensão do funcionamento do discursivo numa conjuntura social. Assim,



O discurso, como toda práxis humana, para ser explicado, segundo o método marxiano, necessita que o analista parta do fenomênico, em seu efeito de evidência, que, quando submetido à análise, pode nos levar a identificar a essência, permitindo, assim, chegar à totalidade do complexo sócio-histórico (MAGALHÃES; SILVA SOBRINHO, 2014).

Ao lermos o título da reportagem já podemos identificar uma filiação com um discurso da saúde: “Parar de trabalhar na aposentadoria não é saudável”. Mas em que medida podemos entender o que é ser saudável na sociedade brasileira e de que saúde trata o discurso? São lacunas próprias da constituição do discurso que em sua necessária incompletude produz, ao mesmo tempo, efeitos de evidência e abre espaço para a interpretação, haja vista que o “incompleto da linguagem é o lugar do possível, é condição do movimento dos sentidos e dos sujeitos” (ORLANDI, 2004, p. 72).

Pela negativa “não é saudável” pensamos que se trata de algo que faz mal ao trabalhador, causa doenças, portanto, num movimento parafrástico poderíamos construir os seguintes enunciados como título da reportagem: “Parar de trabalhar na aposentadoria causa doenças” e “Trabalhar na aposentadoria é saudável. A escolha da assertiva “não é saudável”, ao invés de “causa doenças”, por exemplo, começa a nos dar pistas para compreendermos os efeitos de sentidos que podem ser produzidos na materialidade discursiva, quando articulada às condições de produção desse discurso.

A negação da aposentadoria como um momento de descanso e afirmação de um momento de trabalho é um processo que tem bases fincadas nas mudanças no mercado de trabalho, oriundas da reestruturação produtiva do capital. Essas mudanças foram iniciadas no estado brasileiro na década de 1990, com a implementação dos ideais neoliberais, marcada pela redefinição do papel do Estado e intensas transformações nas relações de trabalho. Segundo Cavalcante (2007, p. 58), as mudanças no mundo do trabalho caracterizam-se

pela flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos e pela aceleração de novas tecnologias concentradas principalmente na informática, na robotização e no incremento dos meios de comunicação, produtos e consumidores, tornando homens e mercadorias descartáveis, num processo cada vez maior.

Nesse cenário, surge um novo perfil de trabalhador, centrado no modelo toyotista, que preza pela eficiência e máxima produtividade. Conforme Melo (2010, p.86), a concepção toyotista

estabelece uma revolução no sistema produtivo caracterizada basicamente pelas seguintes ideias: implementação da produção enxuta, qualidade total e envolvimento da classe trabalhadora na tomada de decisões relativas à produção.

Diante das transformações no mercado de trabalho, do crescimento no número de aposentados, e da dita crise da Previdência Social, o perfil do aposentado também passa a ser reconfigurado. Antes tido como um sujeito inativo, o trabalhador aposentado é recorrentemente chamado a manter-se ativo no mercado de trabalho para que assim continue a ser útil e engajado no mundo globalizado, no qual a economia, como bem afirma Beauvoir (1990) “é baseada no lucro; é a este, na prática, a que toda a civilização está subordinada: o material humano só interessa enquanto produz”, e produzir na ótica capitalista é gerar mais-valia.

Vejamos, na sequência discursiva abaixo, como os aposentados são alocados em grupos, segundo sua atuação no mercado de trabalho:

SD - Aposentados que pararam completamente de trabalhar têm qualidade de vida inferior em relação àqueles que continuaram com suas carreiras, em trabalhos temporários ou de meio-período, segundo constatou um estudo feito pela Universidade de Maryland (EUA) divulgado na quarta-feira. Os resultados revelaram que os aposentados que continuaram trabalhando têm menos doenças graves, boa saúde mental e melhor qualidade de vida que o grupo de participantes que parou de vez de trabalhar. [...]Os pesquisadores que participaram do estudo recomendam que os idosos continuem com a carreira que tinham antes de se aposentar”.

Nessa sequência discursiva são apresentados dois grupos de aposentados: 1. Os Aposentados que pararam completamente de trabalhar e 2. Os aposentados que continuaram trabalhando. Por conseguinte, são apresentadas especificidades desses grupos, asseguradas pelo estudo feito pela Universidade de Maryland (EUA). De acordo com o estudo, o primeiro grupo teria uma “qualidade de vida inferior” e o segundo, além de “menos doenças graves” e “boa saúde mental”, teria “melhor qualidade de vida”.

A existência desses dois grupos apresentados pela materialidade discursiva não é algo natural, é uma construção histórica, uma resposta às transformações ocorridas na sociedade contemporânea, que, dissimulada na “transparência da linguagem”, tende a produzir um efeito de sempre existente.

Para a AD, um discurso está sempre em relação com outros sentidos possíveis. No caso da aposentadoria, a volta/continuação do aposentado no mercado de trabalho é preconizada no Estatuto do Idoso (2003, p.19) que, no Artigo 26, afirma “O idoso tem direito ao exercício da atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas”.

Dessa forma, todo discurso, todos os efeitos de sentidos são produzidos a partir do já-dito, que sustenta o dizer, funcionando, de acordo com Orlandi (2004, p. 71), quando “as vozes que se poderiam identificar em cada formulação particular se pagam e trazem o sentido para o regime do anonimato e da universalidade. Ilusão de que o sentido nasce ali, não tem história”.

Percebamos que o primeiro grupo de trabalhadores apresentado no discurso midiático é composto, especificamente, por aposentados que “pararam completamente de trabalhar”. O aposentado pode até parar de trabalhar, mas não completamente, por isso, os “que continuaram com suas carreiras” atuam em “trabalhos temporários ou de meio-período”.

Dessa forma, o tipo de trabalho que pertence ao aposentado está ligado a atividades profissionais que caracterizam uma desvalorização/exploração do trabalhador, haja vista que trabalhos temporários ou de meio período tendem a não ter vínculo empregatício. Esses dizeres – “trabalhos temporários ou de meio-período” – quando atravessados pelo interdiscurso remetem a sentidos de trabalho informal, de flexibilidade e precarização das condições de trabalho, que o trabalhador aposentado é, por vezes, submetido para manter-se ativo profissionalmente, seja para complementar a renda, seja para ter uma “boa saúde mental”.

A noção de interdiscurso na AD é crucial para compreendermos como os discursos produzem sentidos em relação a outros discursos. O interdiscurso é o lugar onde estão todos os já-ditos, enquanto espaço da memória discursiva, tem uma objetividade contraditória, que é fundante de todo discurso, visto que “algo fala”, antes, em outro lugar e independentemente. Esse já-dito e esquecido reaparece no Intradiscurso, o fio discursivo, lugar da formulação do dizer, definido como “o que eu digo agora, com relação ao que eu disse antes e ao que direi depois” (PÊCHEUX, 1988, p. 166).

Apagar a memória de que o “os trabalhos temporários ou de meio-período”, exercidos pelos aposentados que “continuaram suas carreiras” faz parte da crescente valorização do capital e exploração/desvalorização do trabalho humano é uma estratégia

ideológica que atua para conformar e mostrar ao sujeito aposentado que essa é a única forma de ser aposentado e viver bem, de ter “melhor qualidade de vida”.

Ademais, o trabalho na aposentadoria é apresentado como uma atividade saudável, mas contraditoriamente é restringida a atividades temporárias e/ou de meio período. Esse paradoxo nos permite retomarmos a discussão que Marx (2013) faz acerca do trabalho na sociedade capitalista, que se difere do trabalho no sentido ontológico, de transformação da natureza pelo homem, que ao modificá-la também se modifica.

No trabalho estranhado, característico da sociedade capitalista, o trabalhador não detém os meios de produção, nem o que ele mesmo produz, tornando-se uma mercadoria, como outra qualquer. Marx (2013) explica que o estranhamento do trabalhador ao produzir é expresso pelas

pelas leis nacional-econômicas, em que, quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que, quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto melhor formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador que, quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador (MARX, 2013, p. 144).

Nessa perspectiva, o trabalho que explora a força humana não é saudável em nenhum momento da vida, ao contrário, em muitos casos ele é responsável pelo adoecimento do trabalhador, e até pela sua morte.

É possível observamos no discurso materializado no site da Veja que os que trabalham não serão completamente saudáveis, eles terão apenas “menos doenças graves”. Além disso, a pesquisa da universidade americana caracteriza os aposentados continuam a trabalhar como pessoas que têm “boa saúde mental e melhor qualidade de vida”, sem, no entanto, especificar nenhuma desses “benefícios” do trabalho. O discurso expressa apenas que os fatores são relacionados ao “grupo que parou de vez de trabalhar”, como se fosse possível alocar os sujeitos em blocos homogêneos.

A nosso ver, existem diferentes formas de viver a aposentadoria, formas que são construídas pela profissão que fora desenvolvida pelo aposentado, ou seja, pelo lugar que o sujeito ocupou no processo de produção. Assim, podemos falar de aposentadorias, porque esse momento que, geralmente coincide com a velhice, é vivenciado de formas distintas. A aposentadoria, por exemplo, de um trabalhador canavieiro não é igual a aposentadoria de um jogador de futebol.

O silenciamento dessas questões opera na produção de sentidos homogêneos e estabilizados, na reprodução de evidências dos sentidos e dos sujeitos. Trata-se de um mecanismo ideológico utilizado no funcionamento discursivo para interditar, para evitar sentidos indesejáveis; em outras palavras, busca-se fechar o sentido no que é posto no intradiscorso, excluindo os “outros” sentidos possíveis. Como afirma Orlandi (2002, p. 76),

Se diz ‘x’ para não (deixar) dizer ‘y’, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma ‘outra’ formação discursiva, uma ‘outra’ região de sentidos.

Outro mecanismo de homogeneização de sentido é a retomada no discurso científico no discurso midiático. A mídia se faz porta-voz da ciência, afirmando que “Os pesquisadores que participaram do estudo recomendam que os idosos continuem com a carreira que tinham antes de se aposentar”. Nesse jogo de filiações de sentidos, ao falar em nome de pesquisadores/especialistas, o sujeito discursivo tenta neutralizar sua posição, tentativa, que ao ser analisada discursivamente, é desvelada. Assim, podemos afirmar que o discurso sobre a aposentadoria não é um discurso que nasce na mídia, mas esta tem mecanismos textuais próprios que operam na constituição de determinados sentidos.

A produção do efeito de sentido de verdade das pesquisas e especialistas que estudam a aposentadoria é sustentado pelo que Pêcheux (1998, p. 197) chamou de “mito da neutralidade no discurso científico”, que, explica o autor, “mascara na verdade, o fato de que a objetividade científica é indissociável de uma tomada de posição materialista”. Desse modo, o discurso da ciência não é neutro como se apresenta, a produção de conhecimentos se inscreve nas relações de produção/transformação das relações de produção. Segundo Mészáros (2004, p. 58), em nossa sociedade,

tudo está ‘impregnado de ideologia’, quer a percebamos, quer não. Além disso, em nossa cultura liberal-conservadora o sistema ideológico socialmente estabelecido e dominante funciona de modo a apresentar – ou desvirtuar – suas próprias regras de seletividade, preconceituoso, discriminação e até distorção sistemática como ‘normalidade’, ‘objetividade’ e ‘imparcialidade científica’.

É pela ideologia que o discurso, ao mesmo tempo, que ressignifica a aposentadoria, interpela os sujeitos que estão aposentadas a voltarem ao mercado de

trabalho e desempenharem atividades profissionais, sob a promessa, assegurada pelos especialistas, de terem “menos doenças graves, saúde mental e uma melhor qualidade de vida”, pertencendo, assim, ao grupo dos aposentados que continuaram trabalhando.

Segundo Pêcheux (1988), é através da interpelação, que o sujeito encontra a condição de sua existência, pois, a ideologia produz efeitos de evidências que operam na constituição dos sujeitos e dos sentidos<sup>5</sup>. Esse processo de interpelação ideológica produz, no funcionamento do discurso aqui analisado, mecanismos de evidência para a constituição dos sujeitos aposentados como trabalhadores que continuam desempenhando atividade profissional no mercado de trabalho.

### **Considerações Finais**

Como vimos, na atual conjuntura, a aposentadoria, fruto de lutas sociais, passa a ser vista como um fardo, uma espécie de punição para o trabalhador, que, ao ser aposentado, será considerado como um sujeito inútil e inativo para a sociedade. Nessa ótica, depende, exclusivamente, do aposentado sua reinserção profissional na sociedade, apagando-se, assim, as condições materiais que os trabalhadores são submetidos durante a carreira profissional.

Em nosso gesto de interpretação, constatamos que a materialidade analisada produz evidências, dentre elas, a do que é ser e de como deve ser um trabalhador aposentado e de como deve ser, para ter “menos doenças graves, boa saúde mental e melhor qualidade de vida”. Vimos, também, como mecanismos ideológicos de produção de sentido operam na homogeneização dos sentidos e dos sujeitos, silenciando que são as relações de produção que, em última instância, determinam os lugares que os sujeitos ocupam na sociedade. Por isso, faz-se necessário que continuemos desvelando os sentidos dos discursos que ressignificam a aposentadoria, mostrando que o que se apresenta como natural vantajoso, benéfico, saudável e inevitável, é, na realidade, uma construção histórica, e como tal abre espaço para interpretação.

### **Referências**

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 10.ed. Campinas: Cortez, 2005.

---

<sup>5</sup>“A evidência da existência espontânea do sujeito (como origem ou causa de si) é imediatamente aproximada por Althusser de uma outra evidência, presente, [...] que é a evidência do sentido”. (PÊCHEUX, 1988, p. 153).

BEAUVOIR, S. *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

CAVALCANTE, M. S. A. O. *Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira: o simulacro de um discurso modernizador*. Maceió: EDUFAL, 2007.

DEBERT, G. G.; SIMÕES, J. A. A aposentadoria e a invenção da Terceira Idade. In: DEBERT, G. G. (Org.). *Antropologia e velhice: Textos didáticos*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1994. p. 29-44.

FLORÊNCIO, A. M. G. et al. *Análise do discurso: fundamentos & práticas*. Maceió: EDUFAL, 2009.

GADET, F; HAK, T.(Org.).*Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

HADDAD, E. *A ideologia da velhice*. São Paulo: Cortez, 1986.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MALDIDIER, D; NORMAND, C.; ROBIN, R. Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa. In: ORLANDI, E. *Gestos de Leitura: da história no discurso*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2010.

MARX, K. Trabalho estranhado e propriedade privada. In: ANTUNES, R. (Org.). *A Dialética do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 137-156.

\_\_\_\_\_. *O Capital*. Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MELO, K. M. S. *Discurso, consenso e conflito: a (re)significação da profissão docente no Brasil*. Maceió: EDUFAL, 2011.

MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 10. ed. Campinas: Pontes, 2012.

\_\_\_\_\_. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

PAIVA, S. *Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital*. São Paulo: Cortez, 2014.

\_\_\_\_\_. *Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4.ed. **Campinas: Pontes, 2004.**

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

\_\_\_\_\_. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes Editores, 2002.

REVISTA VEJA. Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/saude/parar-trabalhar-aposentadoria-nao-saudavel>. Acesso em 20/02/2015

SILVA SOBRINHO, H. F. *Discurso, velhice e classes sociais: a dinâmica contraditória do dizer agitando as filiações de sentidos na processualidade histórica*. Maceió: EDUFAL, 2007.

\_\_\_\_\_. Análise do Discurso: um olhar materialista sobre as evidências de sentido. In: SILVA, L. R.; FREITAS, R. M. K (Org.). *Linguagem e representação discursiva II: outros estudos*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.